



ATA DA SETIMA SESSÃO ORDINARIA

PRESIDENTE: DERCIO PASIN

1º SECRETARIO: JOÃO MENEGATTI

2º SECRETARIO: VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME.

Aos quatorze dias do mes de maio, do ano de hum mil, novecentos e setenta e quatro, às vinte horas, na Sala das Sessões, realizou-se a Sétima Sessão Ordinária, do Segundo Ano da Quarta Legislatura, da Câmara Municipal de Caieiras, devidamente convocada. Presentes os senhores DERCIO PASIN, BENEDICTO LOPES DE CAMPOS, AFDOQUIA CHAIB FERREIRA NEVES, ANTONIO ROMERO POLLON, JOÃO MENEGATTI, VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME, PEDRO SÉRGIO GRAF NUNES, MARIO DELLA TORRE, SAVERIO AGUSTINELLI e MAURI GABRIELLI. Ausente a senhora ESTHER PINTO POLKORNY. Havendo número legal, o senhor Presidente declara aberta a Sessão. São aprovadas sem impugnação, na forma regimental, as Atas da Quinta e da Sexta Sessões Ordinárias, respectivamente dos dias nove e vinte e tres de abril do corrente ano. No EXPEDIENTE são apresentados: 1) PROJETO DE LEI Nº 934/74, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre venda de área para fins industriais. Considerado objeto de deliberação. às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 2) PROJETO DE LEI Nº 935/74, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura/de crédito no valor de Cr.\$100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinado a suplementar a verba de Aquisição de motores, bombas e outros. Considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças para pareceres. 3) OFICIO Nº 491~74, da senhora Presidente do Mobral em Caieiras, solicitando a cessão das instalações da Câmara para a realização das reuniões daquele Movimento, em virtude de haver sido o nosso município escolhido como sede de Micro-região. Consultados os senhores Vereadores e não havendo a apresentação de nenhum impecilho, o senhor Presidente coloca a sala da ARENA à disposição do Mobral e determina à Secretaria tomar as devidas providências. 4) TELEGRAMA do senhor Paulo Torres, Presidente do Senado Federal, informando ter levado ao conhecimento do plenário o conteúdo do ofício desta Casa, em que foi manifestado o apoio dos Vereadores caieirenses ao projeto de lei que determina o pagamento de subsídios aos Vereadores em municípios com menos de duzentos mil habitantes. À Secretaria para as devidas



providências. 5) REQUERIMENTO Nº 08/74, subscrito pelos Vereadores presentes, solicitando a consignação, em Ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Amleto Ricciarelli, e a devida comunicação à Família. / Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade À Secretaria para as devidas providências. 6) MEMORANDO datado de sete/ de maio, do Nobre Deputado Wadih Helú, comunicando que a solicitação desta Casa, relativa à construção de um viaduto sobre a Estrada de Ferro / Santos a Jundiaí, foi acolhida pela Secretaria dos Transportes, e que o Departamento de Estradas de Rodagem já está procedendo aos estudos da a ludida obra. Acrescenta o senhor Presidente que, pelo noticiário oficial, tem tido conhecimento de que outros municípios, com movimento rodoviário inferior ao nosso, receberam obras semelhantes do Governo do Estado. Então esta Presidência encaminhou ofício ao senhor Governador do Estado, expondo a situação e reclamando a atenção do Estado para Caieiras. Citei, diz o senhor Presidente, como obra prioritária, a construção desse viaduto. Felizmente, estamos vendo que pelo menos os estudos/ estão sendo realizados. Quero crer que também a obra será executada. À Secretaria para as devidas providências. 7) OFICIO Nº 479-74, do Prefeito Municipal de Caieiras, encaminhando cópia do ofício nº 322, da Rede Ferroviária Nacional, digo, Federal - 9ª Divisão - Santos a Jundiaí, in formando ser impossível atender ao pedido de parada do trem das seis e dez, na estação de Caieiras. Diz o senhor Presidente que já estamos acostumados às respostas negativas da Rede Ferroviária Federal. À Secretaria para as devidas providências. 8) REQUERIMENTO sem número, datado/ do dia seis de maio, subscrito pela Nobre Vereadora dona Esther Pinto Polkorny, solicitando licença de noventa dias para tratar de interesses particulares. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado/ por unanimidade. À Secretaria para providenciar a convocação do Suplente, na devida forma da lei. 9) INDICAÇÃO subscrita por oito Vereadores, através da qual é sugerido ao senhor Prefeito sejam modificados os artigos 1º e 2º da Lei nº 849, que trata de tarifas para fornecimento de água. É sugerida também a sustação da cobrança das contas relativas aos primeiros meses deste exercício, e a cobrança das mesmas com base na ta bela anterior. Acompanha a Indicação minuta da tabela que é sugerida. / À Secretaria para as devidas providências. 10) OFICIO Nº 471-74, do

2



Prefeito Municipal de Caieiras, encaminhando relatório sobre indigentes atendidos pela Assistência Social da Prefeitura, no mes de março último. À Secretaria para as devidas providências. 11) O senhor Presidente apresenta RASCUNHO DE MANIFESTO a ser distribuido à população, relativamente ao problema da falta d'água e dando conta das providências que a Câmara achou por bem tomar para ajudar na sua solução. Trata-se de minuta que será apreciada pelos Nobres Edis e modificada, se necessário, acrescentando-se ou tirando-se o que for preciso. Após a leitura, retifica o senhor Presidente que o laudo mencionado foi apresentado pelo senhor / Mauri Gabrielli e não pelo senhor João, como consta. A Presidência solicita a opinião dos senhores Vereadores. Com a palavra o senhor João Menegatti sugere seja esclarecido também que os senhores consumidores aguardem a emissão de novas contas, uma vez que a cobrança das atuais está suspensa. Diz o senhor Presidente que a primeira pergunta que faz é que se a Câmara deve ou não lançar esse manifesto, pois não tomará essa iniciativa sem que seja de comum acordo, e apoiado pelos demais. Com a palavra o senhor João Menegatti apoia a distribuição do manifesto. Com a palavra o senhor Mauri Gabrielli acha que também do manifesto devem / constar alguns números mostrando a diferença de valores entre a tarifa/ antiga, a atual e a que está sendo proposta pela Câmara. Com a palavra o senhor João Menegatti acha inconveniente antecipar os valores da tabela, pois a Câmara está apenas fazendo uma sugestão ao senhor Prefeito, a qual poderão não ser aceita na íntegra. Aí então a situação poderá ser desfavoravel à Câmara. Vem à baila a questão da tarifa estabelecida pelo Código Tributário, discorrendo o senhor Presidente, o senhor João Menegatti/ e o senhor Mauri Gabrielli. Este esclarece que, conforme o Código, as tarifas deverão ser calculadas na base do salário-mínimo vigente a trinta/ e um de dezembro do ano anterior, o que automaticamente promoverá a alteração dos preços da água para este exercício, não podendo, portanto, ser igual ao do ano passado. Diz o senhor Presidente ser uma boa medida aguardar a fixação definitiva do preço para então dar ciência aos senhores munícipes. Diz o senhor Mauri Gabrielli que não podemos nos antecipar nesse assunto, pois a resposta do Prefeito poderia ser negativa, mas ele já se manifestou que concordará, como tem feito até agora, com tudo o que vier para benefício da população. Diz o senhor Mauri que, na sua



opinião, a tarifa deveria ser igual para todos os consumidores, conforme o consumo, sem acréscimos por ser mais ou menos. O acréscimo de centavos vai dificultar os cálculos e a emissão das contas. Essas pequenas diferenças não irão compensar o investimento feito pela Prefeitura. No ano passado a Prefeitura investiu um milhão e duzentos mil cruzeiros no serviço de água e arrecadou efetivamente duzentos mil cruzeiros. Se for para diminuir o prejuízo em um ou dois por cento apenas, é preferível então que fique um preço fixo para o metro cúbico. Essa indicação nossa deverá chegar oficialmente amanhã ao senhor Prefeito e então ele poderá chegar a uma decisão. Parece-me que não podemos aprovar nenhuma lei com efeito retroativo, assim o senhor Prefeito gostaria de receber a colaboração dos senhores Vereadores também na solução do problema. Após a resposta oficial do senhor Prefeito, poderemos ver como ficará o assunto. É possível que tenhamos também problemas administrativo, pois temos lá mais de cem consumidores que já pagaram suas contas. Teremos que ter uma tratativa com essas pessoas. Eu sugiro a Vossa Excelência, senhor Presidente, que nós deixemos em suspenso, por algum tempo, esse manifesto e então após ter solucionado satisfatoriamente o assunto, poderemos informar realmente o povo do que pretendemos fazer. Enquanto isso, poderemos explicar pessoalmente a todos que nos procurarem, o que pretendemos fazer. Acho temerário, no entanto, soltarmos já essa comunicação. Com a palavra o senhor Presidente acha que com o manifesto se está esclarecendo ao público o que se passou na reunião, sem esconder nada de ninguém. Creio que todos nós Vereadores fomos muito procurados pelos múnicipes por causa do problema. Nós tentamos. Estamos agora dando uma satisfação da decisão que tomamos nesse sentido. Com respeito ao problema da lei, podemos consultar um órgão competente, no caso o CEPAM. Quero crer que solução nós achamos para o caso, mas devemos dar uma satisfação ao nosso povo, do que se passou naquela reunião, pois é a realidade dos fatos. O senhor Mauri explica que aquela reunião foi informal e que nela poderemos ter incorrido em algum erro. Assim após ter conhecimento oficial do assunto, se houve algum erro, ainda será possível corrigi-lo. Eu me proponho, como líder da maioria, amanhã dar conhecimento ao senhor Prefeito do que se passou hoje



aqui e até levar uma cópia do manifesto, se o senhor me permitir. Diz o senhor Presidente não haver necessidade, no caso, mas por uma questão de ética, levará ao conhecimento do senhor Prefeito, pois ele também / participou da reunião e o seu nome também está envolvido. Quem sabe até ele poderá nos dar alguma sugestão valiosa. Apesar de ser uma reunião interna, ela foi válida, e não vejo o que esconder de nossos municípios. O senhor Mauri Gabrielli diz concordar plenamente com isso. Como nós aprovamos uma lei, de responsabilidade de todos, e agora vamos ter que dar um passo atrás, gostaria de evitar um certo apressamento para fazermos uma coisa mais substancial. O que estou pedindo é apenas um adiamento da entrega desse manifesto. Não vamos nos apressar muito para evitar que no futuro tenhamos que voltar novamente atrás. Inclusive o senhor Prefeito me incumbiu e eu gostaria de dar um esclarecimento da proposta que recebemos da SABESP, onde estivemos hoje. Gostaria de fazer isso após o expediente. Como o assunto já se está alongando muito, gostaria de encerrar aqui a minha parte e depois do expediente, se Vossa Excelência permitir, eu daria uma explicação sobre o que a SABESP / está pedindo, e oferecendo ao município, no que diz respeito à água e esgoto. Com a palavra o senhor João Menegatti diz que o que está estabelecido em nosso Código Tributário, com respeito à água, ainda tem valor hoje, pois a Lei nº 849 não o revogou e deixou de mencioná-lo. Na verdade, senhor Presidente, prevalece ainda o Código Tributário. Em aparte, diz o senhor Mauri Gabrielli que no último artigo da lei diz / "ficam revogadas as disposições em contrário". Retruca o senhor Menegatti que não foi feita nenhuma menção ao Código Tributário, que está assim totalmente em vigor. O senhor Mauri discorda novamente de seu colega, nesse sentido. O senhor Presidente intervem, colocando o rascunho / do memorando à disposição do senhor Mauri Gabrielli para que o submeta à apreciação do senhor Prefeito, embora o assunto seja de alçada exclusiva da Câmara. O senhor Presidente solicita ao Diretor de Secretaria / que providencie cópias do Decreto Tributário e da nova Lei, para amanhã cedo, e à tarde estarei aqui às treze horas para irmos ao CEPAM para sanarmos as dúvidas. Convido os senhores Vereadores que desejarem / acompanhar-me que estejam aqui amanhã às treze horas. Quero crer que voltaremos com uma solução para o caso. Com a palavra o senhor Savério



Agustinelli, manifesta-se favoravelmente sobre o manifesto, dizendo que o público deve tomar conhecimento das providências tomadas pela Câmara. Quanto ao estudo da possível Lei que o Prefeito enviará à Câmara, posteriormente então informaremos ao povo. O senhor Presidente lamenta a falta de interesse e o desprestígio dos cidadãos caieirenses às Sessões da Câmara. Com um assunto assim tão importante em pauta, deveríamos / ter a casa cheia de pessoas, que poderiam transmitir aos demais os debates do que está ocorrendo aqui. Por mais que aqui estudemos os problemas temos que posteriormente ir a cada munícipe para informá-lo do que ficou resolvido, porque não encontramos eco de nossos trabalhos. / Infelizmente, só somos procurados pela população, digo, população, nesses casos em que nos pedem socorro. Para prestigiar os nossos trabalhos, não vem ninguém. O senhor Savério apoia as palavras do senhor / Presidente, manifestando o desejo de acompanhá-lo ao CEPAM. Diz o senhor Presidente que quanto mais Vereadores o acompanharem, mais satisfeito ele fica. Com a palavra dona Afdoquia Chaib Ferreira Neves apoia a liberação do manifesto, dizendo ser constantemente procurada por munícipes que lhe perguntam como vai ficar a situação das contas de água. Diz o senhor Presidente que, em todos os seus anos de mandato, nunca / viu tanta crítica a esta Casa como neste caso. Não só eu como todos os Vereadores desta Casa estão sendo colocados lá embaixo. É um motivo / para darmos uma explicação, pois, afinal de contas, tomamos uma atitude, e ela deve ser comunicada ao povo. Em todo caso, acato em parte a sugestão do Nobre Vereador Mauri e quero crer que até à quinta-feira / já teremos uma solução a respeito do manifesto. Com a palavra o senhor Savério diz que ainda há tempo para corrigir, se houve engano. O senhor Presidente afirma que não houve engano, pois ainda nesses dias, / conversando com o Prefeito de Atibaia, ficou sabendo que a taxa mínima de água, naquela cidade, até quinze metros cúbicos é de dezessete cruzeiros e cinquenta centavos e a taxa de conservação de esgoto é de cinquenta por cento do total da conta d'água. Quando lhe expliquei que a nossa taxa mínima é de sete cruzeiros e a de esgoto vinte por cento, e le até riu. Infelizmente o nosso aumento foi brusco e isso assustou o pessoal. O Governo sempre aconselha os municípios a atualizarem anualmente seus impostos e taxas, para que o povo não sinta tanto. Deixar



os impostos sem aumento durante anos e depois aumentá-los de uma vez, é lógico que apanha a população desprevenida. Passo às mãos do senhor Mauri, em confiança, a minuta do manifesto, para que a leve ao senhor Prefeito e amanhã espero contar com os senhores Vereadores que quei-ram me acompanhar. Com a palavra o senhor Romero Pollon indaga do senhor Presidente a que conclusão chegou sobre a opinião dos demais Vereadores a respeito do manifesto. Diz o senhor Presidente que, como os demais não se pronunciaram em contrário, é sinal de que estão de a cordo. Com a palavra o senhor Benedicto Lopes de Campos diz ser também favorável ao manifesto, pois o povo deve ser esclarecido, porém acha/ prudente aguardar um pouquinho, até que tudo fique bem esclarecido. / Pronunciam-se também favoráveis ao manifesto os Nobres Vereadores Má-rio Della Torre e Verque José Gonçalves Leme. É dado prosseguimento à apresentação do Expediente. 11) ABAIXO-ASSINADO dos moradores do Bair-ro das Laranjeiras, sem cabeçalho, em que pedem providências, não sa-bemos a quem, relativas às tarifas cobradas pela Viação Ladário. In-forma a Secretaria ter sido esse documento deixado, num momento de au-sência do senhor Diretor, pelo senhor Affonso Simão, sem qualquer es-clarecimento. Após a leitura, pede a palavra o senhor João Menegatti, informando que cópia desse abaixo-assinado foi parar às mãos do se-nhor Prefeito, o qual o encaminhou à Comissão Municipal de Trânsito./ Esta, em tratativas com os proprietários da Ladário, obtêvera a pro-messa de que a Empresa cobrará a tarifa de quarenta e cinco centavos, no percurso de Franco da Rocha a Laranjeiras. Além disso, há uma soli-citação de uma linha de ônibus circular, ligando Laranjeiras a Caiei-ras e passando pelo Morro Grande, que a empresa está disposta a fazer funcionar. Diz o senhor Presidente que o Nobre Vereador João Menegat-ti, que pertence à Comissão Municipal de Trânsito, praticamente já de-finiu a situação com respeito a esse abaixo-assinado. À Secretaria pa-ra as devidas providências. 12) OFICIO CIRCULAR, confidencial, da Se-cretaria de Estado dos Negócios do Interior, salientando que a assis-tência técnica prestada pelo CEPAM é absolutamente gratuita, não haven-do nenhuma firma particular ou entidade vinculada àquele órgão. À Se-cretaria para as devidas providências. 13) CIRCULAR Nº 096/74, da Câ-mara Municipal de Piraju, transcrevendo requerimento-moção dirigido à



Assembleia Legislativa no sentido de incorporar às novas normas da Lei Orgânica dos Municípios, em estudo, a proposta do ilustre Conselheiro/ do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Onadyr Marcondes, ventilada numa palestra promovida em Lorena. As Comissões de Justiça e de Finanças para opinarem sobre a conveniência ou não de pronunciamento desta Câmara. 14) OFICIO GC. 220/74 da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, dando ciência de que o Departamento de Estradas de Rodagem ratificou seu pronunciamento sobre a impossibilidade de asfaltamento, / por conta do Governo, da Estrada das Laranjeiras, alegando tratar-se de ligação local e não regional. (onde se lê Negócios do Interior, leia-se Negócios dos Transportes) Diz o senhor Presidente discordar ainda dessa/ atitude, eis que, em outros municípios o Governo vem executando obras, / mesmo de menor ou de idêntica importância, por ele financiadas. Há pouco tempo estive na cidade de Mogi Mirim e lá o Governo está fazendo uma série de estradas de inter-ligação totalmente financiadas pelo Governo/ Estadual. Vou levar esse caso a capricho, ficarei com o ofício para tratar pessoalmente do assunto. Em contra-posição, recebemos do senhor Governador um verdadeiro presente de grego, pois, em recente decreto, autorizou o Departamento de Estradas de Rodagem a ceder administrativamente a conservação da Estrada Velha de Campinas, desde as Laranjeiras até a divisa de Franco da Rocha, à Prefeitura de Caieiras. Porém, o patrimônio continuará pertencendo ao Estado, de modos que a legislação sobre o recuo de quinze metros do eixo da estrada, para fins de construção, ainda prevelece. Temos notado que o DER abandonou a conservação da estrada, a qual nesse trecho se apresenta em péssimo estado. Então eu solicitei a ao senhor Prefeito que entrasse em contato com o senhor Governador ou com a Chefia do DER-10, para tratar da revogação desse Decreto que para nós não traz proveito nenhum. O movimento dessa estrada aumenta dia a dia e a Prefeitura não tem condições de arcar com o ônus dessa conservação. Com a palavra o senhor Mauri Gabrielli informa ter tido conhecimento de que o senhor Prefeito já oficiou ao Governo, pedindo que o DER / continue a fazer a conservação, até que seja resolvido o assunto da cessão. O senhor Governador decretou a autorização para cessão, mas a Prefeitura não concordou nem recebeu o encargo. Diz o senhor Presidente / que fica o dito pelo não dito e aguardará o resultado dessas providências

providências. Com a palavra o senhor Mauri Gabrielli diz que solicitará ao senhor Prefeito que encaminhe a esta Casa cópia do decreto e dos ofícios. Diz o senhor Presidente que, infelizmente, nem sempre esta Casa tem conhecimento de assuntos como esse que são de interesse do povo. Outro caso semelhante é o que se refere à retificação do rio Juquari. Aprovamos a Lei mas até agora não temos nenhuma notícia do andamento do processo. Se formos abordados por alguma pessoa que nos peça informações, nada poderemos adiantar. Peço ao senhor Mauri, na qualidade de líder da maioria, que entre em contato com o senhor Prefeito para que essas informações preciosas cheguem ao nosso conhecimento. Diz o / senhor Mauri que, como líder ou não sempre que puder manterá esta Casa informada dos assuntos que chegarem ao seu conhecimento. Quanto à liderança da ARENA, deixa claro que não faz questão nenhuma de ser o seu / líder. Pede que isso seja oficialmente constado em Ata. Se alguém desejar esse lugar, terá até prazer em passá-lo. Continuará fazendo o seu trabalho, apesar das brincadeiras e chacotas a respeito da liderança. / E as informações que continuar trazendo terão, como até agora, o cunho de seriedade e de verdade. Tenho sido algumas vezes até mal compreendido em minhas atitudes e ultimamente, como vereador, no problema da água, soufriu críticas e estava arcando com a responsabilidade quase que sozinho. É bem verdade que recebi apoio integral de vários colegas e gostaria de pedir aos demais que me ajudassem a dar explicações ao povo, além desse manifesto que será lançado. Desejo ainda elogiar e agradecer ao senhor Antonio Romero Pollon que foi pessoalmente à minha casa para hipotecar sua solidariedade. Gostaria de pedir também aos Nobres Colegas que avisassem os seus conhecidos que fiquem com a conta / da água em seu poder. Está suspensa a cobrança, porém devem aguardar / novas instruções. Alguns querem deixar a conta na Prefeitura. Acho que têm sido mal informados, daí o meu pedido de colaboração aos Colegas. /

15) BALANCETE da Câmara Municipal de Caieiras, relativo ao mes de abril de 1974. À Comissão de Finanças para parecer. 16) OFICIO Nº 80/74, do Consórcio Intermunicipal de Promoção Social, encaminhando cópia do relatório da Equipe Técnica e Balancete de março (ambos) e programação / para o biênio 1974/1975. À Secretaria com vistas aos senhores Vereadores. 17) OFICIO Nº 645, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, dando ciência de que a Mesa daquela Casa / regulamentou o Estágio a ser realizado, junto à Secretaria da Assembleia, por estudantes de nível superior, Vereadores e servidores de Câ



maras Municipais. Diz o senhor Presidente que se alguns dos senhores Vereadores estiverem interessados, formaremos um só grupo para maior facilidade de locomoção. Quero crer que é uma excelente oportunidade para todos nós. Parece-me que o senhor Diretor de Secretaria está interessado. À Secretaria com vistas aos senhores Vereadores. Não havendo mais matéria no Exp^{te}diente, o senhor Presidente passa a palavra ao Vereador que dela queira fazer uso. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes indaga do senhor João Menegatti em que pé ficou o assunto ventilado naquele abaixo-assinado relativo ao ponto de taxis. Informa o senhor João Menegatti que o assunto foi, pelo senhor Prefeito, submetido à apreciação da Comissão de Trânsito e esta achou por bem atender à solicitação dos senhores munícipes, indicando um local na avenida 14 de Dezembro, próximo ao Hospital, para situar o ponto. Foi solicitado ao senhor Prefeito que revogue o Decreto anterior. / Ainda com a palavra, o senhor Pedro Sérgio faz algumas observações a respeito da redação do manifesto. Informa o senhor Presidente que se trata apenas de um rascunho que poderá sofrer modificações em seu / texto. Pede o senhor Pedro Sérgio que gostaria de ler o rascunho antes de sua publicação. Acrescenta o senhor Pedro que, como se trata de um manifesto em nome dos senhores Vereadores, todos terão a oportunidade de lê-lo antes. (onde se lê senhor Pedro, leia-se senhor / Presidente) O senhor Pedro Sérgio faz um paralelo entre a redação / do manifesto e a tabela de tarifa de água, da qual os senhores Vereadores só tomaram conhecimento na hora da Sessão. Esclarece o senhor Presidente que havia mantido uma conversa sobre o assunto com o senhor João Menegatti, um dia antes da Sessão, e ϕ que o mesmo havia / estudado pormenorizadamente as consequências da tabela em uso. Assim pedi-lhe que elaborasse uma nova tabela, o que foi feito no próprio / dia da sessão, pela manhã, ou melhor no dia da reunião com o senhor / Prefeito. Foi portanto uma colaboração do Nobre Vereador que veio ao encontro de nossos interesses. Ainda com a palavra o senhor Pedro / Sérgio comunica à Casa que, talvez na próxima Sessão um grupo de alunos do Colégio Walther Weiszflog visitarão a Câmara, como parte de seus estudos na matéria de Estudos Sociais. Acho que seria interessante fazermos um levantamento dos trabalhos desta Casa e apresentá-lo.



O senhor Presidente determina ao senhor Diretor de Secretaria que providencie na conformidade da sugestão do senhor Pedro Sérgio, para que algum dos senhores Vereadores possa prestar essa informação aos visitantes. Com a palavra o senhor Mauri Gabrielli informa que nesta semana recebeu, na Prefeitura, da SABESP - companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, um ofício do qual passa a ler alguns trechos. "Adesão do Município. Mediante convênio já firmado com o Banco Nacional de Habitação, a SABESP dispõe de recursos para resolver os problemas de saneamento básico de cada cidade, de forma ampla e definitiva, obedecida, evidentemente, a escala de prioridade que está sendo elaborada e de conformidade com a sistemática do BNH. A formalização da aplicação dos recursos se fará através de empréstimos específicos, figurando a SABESP como devedora dos valores concedidos, aspecto deveras interessante. Todavia a aplicação de recursos no Estado, através do PLANASA, implica na transferência, para a SABESP, dos serviços locais de água e esgotos. Pela transferência desse patrimônio, o município receberá o valor correspondente em ações da SABESP. Como essa transferência só pode ser feita com autorização legislativa, a SABESP está enviando aos Prefeitos minuta de projeto de lei, que deverá ser votado pela Câmara do Município que tiver a intenção de integrar-se no PLANASA, minuta que, basicamente, obedece à orientação do Banco Nacional de Habitação. Além do mais, os Prefeitos serão brevemente visitados por pessoa credenciada da SABESP para esclarecimentos e orientação a respeito das providências necessárias à adesão ao Plano Nacional de Saneamento, que resultará nos benefícios proporcionados pela política de desenvolvimento do PLANASA." Diz o senhor Mauri ser esse o final do ofício mandado e que estiveram lá, hoje, tratando do assunto. A Sabesp se propõe a em campar todo o saneamento básico do Estado de São Paulo. O princípio se rá na região metropolitana, na qual estamos incluídos. O primeiro pas so a tomar, seria a Câmara aprovar uma Lei, aderindo ao Planasa, porque o BNH tem condições de aplicar convenientemente e maciçamente em qualquer município. Mas não teremos nenhum auxílio se não nos aliarmos a esse plano. Seria um caso mais ou menos semelhante ao da CESP. Eles tomariam conta de todo o serviço e depois então fariam as aplicações / necessárias. A minha primeira pergunta a eles foi: em quanto tempo assumiriam o serviço? Não puderam informar exatamente o dia, mes e ano,



mas a sua pretensão é, dentro do menor prazo possível, assumir a direção dos trabalhos em todas as cidades que fazem parte da região metropolitana. Então o senhor Prefeito, antes de encaminhar o projeto de lei, pediu-me que prestasse antecipadamente essas explicações à Câmara. Pelo que pude sentir as providências são para valer mesmo. Quando lhes contamos o que aqui temos, ficaram até admirados, pois o nosso serviço, apesar das dificuldades que temos tido, poucas cidades do Estado de São Paulo o possuem. Eu como funcionário e como Vereador fiz todas as perguntas possíveis de precaução a nosso favor. Se assumirem os nossos serviços, todo o nosso acervo passará a seu controle e receberemos ações da Sabesp no correspondente valor. Virão nós visitar posteriormente, e eu gostaria que os Nobres Colegas acompanhassem essa visita. A pretensão deles é melhorar os serviços, inclusive com inversões maciças. Eu queria explicar também que estamos invertendo praticamente vinte por cento do orçamento da Prefeitura no serviço de água, e que esse dinheiro eventualmente sobraria para a realização de novas obras. Hoje estamos passando muita coisa para o segundo plano, a fim de ser possível atendermos ao serviço de água, e essa inversão terá de ser contínua e cada vez maior, onerando muito o orçamento do município. Acho que, apesar de a nossa parte ser ^{le}legistiva, somos responsáveis pelo que se fez e pelo que se fará nestes quatro anos. (legislativa)- Na questão de obras de impacto, isto é, que aparecem e impressionam a população, estamos muito pobres. Não conseguimos fazer quase nada. Estou tentando explicar com minhas palavras a importância do assunto e estarei à disposição dos senhores Vereadores para uma conversa mais particular. Isso seria muito bom para a Prefeitura, é minha opinião, e seria também uma maneira de nós Vereadores deixarmos uma marca de nossa passagem por aqui. E estamos deixando de fazer certas obras que apareceriam muito mais, para tratar de um setor primordial, embora não apareça, como é o da água. Após esses esclarecimentos, o senhor Prefeito oficiará à Sabesp, de intenção de aderir ao Planasa, o que seria corroborado com a aprovação da lei. Gostaria que os senhores Vereadores estudassem bem o assunto, inclusive ouvindo a opinião da população. Quero que não pareça ser isso um plano imprevisto, porque tivemos problemas numa semana. Apenas coincidiu com os problemas que tivemos há poucos dias. Se não



fizemos o convênio com o Planasa, vamos ter que continuar mantendo esse serviço e, com o crescimento inevitável da cidade, num futuro bem próximo não teremos condições de inverter todo o dinheiro que aquele / serviço necessitará. Parece-me que a solução do nosso problema está dentro desse ofício. Temos todas as condições necessárias para aderir ao plano, e acho que isso viria em benefício da própria população. O serviço que talvez levemos quatro ou cinco anos para fazer, eles têm condições de fazer imediatamente. Eles estão imbuídos de uma boa vontade de assumir o mais breve possível. Esses papéis estarão comigo na Prefeitura e gostaria que os Nobres Colegas me procurassem lá para explicações/ mais detalhadas, para que pudéssemos fazer essa aprovação o mais rapidamente possível, para benefício de nossa cidade e de nosso povo. Em aparte, o senhor João Menegatti indaga se essa transferência é obrigatória e qual seria a taxa de cobrança. Informa o senhor Mauri que a transferência não é obrigatória e que a questão de taxa não foi abordada. Diz o senhor João Menegatti que sabe, e que ela será bastante onerosa, pesada ao público. E agora que estamos enfrentando o problema das tarifas / de água, se aprovarmos esse acordo, iremos todos por água abaixo. Em aparte, diz o senhor Presidente que o problema poderá ser semelhante ao da CESP, pois até que eles engrenassem, passamos por maus momentos. / Qualquer chuva que hovesse e ficávamos sem energia elétrica, por falta/ de uma assistência bem adequada. Até que a CESP engrenasse passaram-se/ anos e muitos municípios aguardaram o progresso da CESP para então fazer o acordo. Então a CESP é um exemplo que nós temos e incluímos os Nobres Vereadores Verque e João Menegatti que faziam parte daquela legislatura foram severamente criticados. Hoje, passados alguns anos, estamos vendo o bom resultado da CESP. Com respeito ao serviço de água, teremos o problema mencionado pelo Nobre Vereador João Menegatti. Sabemos que a tarifa da Sabesp seria, no caso, até uma das maiores do Estado. E nós que estamos procurando resolver o problema de preço, iríamos contra nossa própria política. Segundo, eu calculo, talvez me engane, até a Sabesp engrenar em nosso município, levaria alguns anos. Hoje temos o nosso pessoal que para sanar um problema trabalha ininterruptamente até que tudo esteja normalizado. Resta saber se também nos dariam essa / mesma atenção. E além disso, e isto é somente uma opinião, caso o projeto de lei adentre esta Casa, eu ainda convocaria o povo de Caieiras para uma reunião monstro, no caso no Centro Esportivo Municipal, com a



presença de Diretores da Sabesp, para que a população pudesse fazer suas perguntas; salvaguardando a política da Câmara. Eu gostaria que fosse um esclarecimento bem amplo, em que participasse a população. E também no contrato a ser assinado que houvessem algumas cláusulas para / salvaguardar a posição da Prefeitura. Com a palavra o senhor Mauri Gabrielli informa que autoridades da Sabesp nos farão uma visita oficial, na qual poderia ser tratado esse aspecto. E outra coisa, fatalmente eles tomarão conta de tudo. O nosso serviço eles se propõem manter como está, isso é tranquilo, é só transferir que amanhã eles virão aqui tomar conta, e programar todas as extensões que se fizerem necessárias / pois têm dinheiro para isso. Uma coisa posso adiantar, a taxa do serviço será a real do que deve ser cobrada, como é o caso de São Paulo e de outras cidades. Pelo menos o custo do serviço eles terão que receber como também deveria receber a Prefeitura a inversão que ela faz. É o que aconteceu com a CESP. Mais uma vez frizo que gostaria que todos os Colegas estivessem junto para fazer as perguntas diretamente a eles. / Com a palavra o senhor Antonio Romero Pollon faz um paralelo entre a Sabesp e Telesp e indaga ao senhor João Menegatti se a Telesp pretende indenizar a Telefônica de Caieiras do valor do material empregado. Informa o senhor Menegatti que haverá indenização, com uma depreciação / do material, de acordo com o número de anos de sua utilização. O senhor Pollon pergunta o que receberão então a Prefeitura. O senhor Presidente informa que receberá em ações da Sabesp, as quais são negociáveis. / Na sua opinião, é o projeto de lei de maior responsabilidade que passará por esta Casa nestes quatro anos. Com a palavra o senhor Pedro / Sérgio Graf Nunes diz que a Prefeitura não poderá continuar por muito / mais tempo sem aumentar as tarifas da água, pois não pode continuar / sempre tendo prejuízo. Por outro lado, quem aprovar essa lei será duramente criticado e até considerado um louco. O povo vai reclamar muito. O senhor Presidente afirma que dois serão os resultados dessa lei, primeiro os Vereadores farão um tremendo benefício ao município, e segundo, ao mesmo tempo assinamos a desistência de nossa carreira política, porque tenho a certeza absoluta de que uma atitude nesse sentido acarretará a perda de todos os nossos votos. Com a palavra o senhor João Menegatti diz que, por ocasião da passagem do acervo para a CESP, /



aconteceu isso mesmo, até hoje a administração que passou o acervo para a Cesp ainda é criticada. Com a palavra o senhor Presidente afirma que quando vierem nos fazer essa visita, será um pessoal preparadíssimo, / que apresentará o assunto como um verdadeiro mar de rosas. Poderemos até ficar iludidos pelas explicações que nos apresentarem. Acho que depois que tiverem o preto no branco, teremos que ir de chapéu na mão para pedir uma extensão. Hoje temos o popular "quebra-galho", quando se facilita o máximo possível ao munícipe. Tenho a certeza de que com a Sabesp não aconteceria isso. Teríamos uma série de burocracias e a tramitação normal, como acontece com a Cesp, até a realização do serviço. / O senhor João Menegatti acrescenta que por ocasião da transferência para a Cesp também houve o comentário da obrigatoriedade, no entanto, a cidade de São Paulo até hoje é servida pela Light. O senhor Presidente cita o exemplo do município de Mairiporã que, além de não doar o acervo à Cesp, recebeu enorme indenização pela cessão das instalações. O senhor/Mauri Gabrielli deixa bem clara a sua posição. Ele apenas é portador do projeto e do ofício, não tendo interesse nenhum nessa transferência. / Não deseja ouvir nenhum comentário de que o Mauri quer passar à água para a Sabesp. Quero que fique bem claro que não é por ter eu trazido os documentos que eu seja o dono da "coisa". Não vou discutir se a transferência é benéfica ou não para a Prefeitura. Cada Vereador que dê sua opinião como quiser. Diz o senhor Presidente que, em sua opinião, para a Prefeitura de Caieiras é o melhor negócio do mundo. Para nós Vereadores, porém, o aspecto político poderá ser o pior possível, pois isso vai repercutir mal e não tenho a menor sombra de dúvida. Diz o senhor Mauri / que, quando de sua visita à Sabesp, esclareceu inclusive o aspecto político em que seriam envolvidos os Vereadores, tendo recebido a explicação de que eles pretendem oferecer alguma coisa além do que já existe, / isto é, melhores condições para a população. Diz ainda que a intenção / dos Vereadores é proteger o povo e dar-lhe o que ele tem necessidade. E, pelo que pode perceber, a transferência será benéfica. Só quero deixar / bem claro que eu não sou dono do negócio, pois colegas meus andaram dizendo por aí que eu era dono da lei, que eu fiz a lei da lei, que eu cobrava e tudo o mais. Se a Câmara aprovar ou não, vai independe da minha vontade; do meu voto não, mas da minha vontade vai independe. /



Diz o senhor Presidente que o Nobre Vereador Mauri está esclarecendo o que poderá acontecer no futuro. Quando a lei adentrar esta Casa, então decidiremos se vamos aprová-la ou não. Com a palavra o senhor Benedicto Lopes de Campos agradece as explicações do Nobre Colega Mauri. Se essa firma pretende tomar conta do serviço, logicamente será para ter alguma vantagem. Não irão fazer tudo isso sem um lucro. Vai ser como a Cesp. O negócio então é "botar a barba de molho" e esperar. Diz o senhor Presidente que estamos sendo profundamente infelizes pois a maioria dos "abxaxis" estão caindo em nossas mãos. Estamos pagando, eu / quero crer, por uma falha das outras administrações. Já desde a implantação do serviço de água em Caieiras deveria ter sido lançada uma taxa mais real, para que o povo pudesse desde então se acostumar, e fazer os aumentos periódicos. Ocorre que, quero crer, mais por política, querendo beneficiar-se a população, deixaram-se os impostos, taxas e tarifas praticamente estacionados, passando o município a viver quase tão somente do ICM. Ocorre que na administração do senhor Nelson Manzanares, em 1971, houve uma queda brutal no ICM e nós ficamos de chapéu na mão, pedindo favores pois os nossos impostos eram insuficientes. Inclusive, no exame das contas do Prefeito Manzanares, pelo Tribunal de Contas, há uma ressalva salientando que os impostos e taxas de Caieiras eram irrisórios. E eles aconselhavam uma atualização, pois a sistemática do ICM está sujeita a modificações constantes. O Prefeito Manzanares fez um acréscimo de quase quinhentos por cento nos impostos, para que os outros Prefeitos dessem sequência. Mas, assim mesmo os nossos / impostos continuam baixos, e a taxa de água nem se fala. E a população está acostumada nesse regime, a receber os benefícios e não pagar por eles o que realmente valem. E agora ou nós continuamos no mesmo sistema ou vamos tomar uma atitude séria. Em todo caso, como disse o Nobre Vereador Benedicto, vamos dar tempo ao tempo. O Nobre Vereador apenas / está antecipando os termos da consulta feita pela Sabesp ao senhor Prefeito, o qual, logicamente, terá que dar uma resposta à Sabesp. Então, vamos aguardar. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli solicita à Presidência entender-se com o senhor Prefeito, visando providências no sentido de reparar o final da rua Mococa, no bairro do Serpa, dando as /



A referida rua está em tal situação que é impraticável a entrada de / veículos. Lembra também ao Nobre Colega Mauri a respeito de uma vale- / ta de esgoto aberta em determinada rua, há tres meses, sem qualquer / prosseguimento da obra. Solicita as providências cabíveis para o ca- / so. O senhor Presidente lembra ao Nobre Vereador Savério da existênci / a de um requerimento encaminhado ao senhor Prefeito, solicitando o a- / pedregulhamento de todas as vias não pavimentadas, no município, em / regime de urgência. Quero crer, diz o senhor Presidente, que a rua Mo / coca está inclusa nesse serviço. Se não forem tomadas providências, / vamos tornar a reivindicar ao senhor Prefeito a execução desse servi- / ço. Com a palavra o senhor Mauri Gabrielli informa ao senhor Savério, / com referência à valeta de esgoto, que, no mesmo dia em que foi procu / rado pelo Nobre Colega procurou inteirar-se do problema para resolvê- / lo. Amanhã mesmo, diz, irei pessoalmente ao local, para verificar em / que p-é se encontra o assunto. Parece-me que lá existe um barracão / que serve de oficina mecânica, em plena via pública, que está dificul / tando a execução do serviço. O senhor Savério diz que aguardará o No- / bre Colega Mauri, para juntos inspecionarem o local da valeta. Agrade / ce as providências. Com a palavra o senhor Benedicto Lopes de Campos, / diz que há pouco foi ventilado o assunto da responsabilidade de con- / servação da Estrada Velha de Campinas ter passado à Prefeitura. Pergun / ta ao senhor Presidente se a Prefeitura é ou não obrigada a zelar pe- / la conservação da Estrada. Esclarece o senhor Presidente que o senhor / Governador, através de um Decreto promulgado em janeiro, passou a con / servação da Estrada para a responsabilidade da Prefeitura. É o mesmo / caso que estivemos estudando a respeito da água. O Governo livrou-se / de um "abacaxi". Ocorre que a Prefeitura também não deve aceitar. Ele / está transferindo a conservação, mas o patrimônio continua do Estado. / Desde que foi baixado o Decreto, o setor do DER, em Cajamar, foi noti / ficado e deixou de fazer essa conservação. Estive em contato com o se / nhor Prefeito e na época ele informou-me que o Estado pretende também / transferir o patrimônio. Mesmo assim não acho bom negócio para a Pre- / feitura pois para ela será humanamente impossível conservar esse tre- / cho. O senhor Prefeito já oficiou ao DER pedindo a conservação. Vamos / aguardar a resposta do Dr. Barroso, de Cajamar. O senhor Benedicto a-



gradece os esclarecimentos do senhor Presidente e sugere que a Prefeitura mande seus homens fazerem uma "roçadinha" desde o Pacheco até o Posto de Gazolina, pois o mato na beira da estrada impede completamente a visibilidade dos motoristas, especialmente aqueles que estacionam defronte à padaria. O senhor Presidente informa já ter visto hoje o pessoal da Prefeitura executando esse serviço. O senhor Benedicto agradece. Ninguém / mais desejando fazer uso da palavra, o senhor Presidente passa à imediata apresentação da matéria constante da ORDEM DO DIA. Em SEGUNDA DISCUSSÃO: 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/74, de autoria da Comissão de Finanças, aprovando as contas do Município de Caieiras, tanto as da Mesa da Câmara como as do Prefeito, relativas ao exercício de 1971. Em discussão, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade. / Dispensada a redação final. Em PRIMEIRA DISCUSSÃO: 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 257/74, de autoria da Comissão de Finanças, aprovando o balancete da Câmara Municipal, referente ao mês de março de 1974, com parecer favorável da mesma Comissão. Em discussão o parecer. Ninguém se manifesta. Em votação, aprovado em única discussão. Em discussão o Projeto de R^Esolução, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado por unanimidade em única discussão. Dispensada a redação final. 2) PROJETO DE LEI Nº 932/74, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito no valor de Cr.\$248.800,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) a suplementar diversos itens orçamentários, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças. Em discussão os pareceres, / ninguém se manifesta. Em votação, aprovados em única discussão. Em discussão o Projeto de Lei, ninguém se manifesta. Em votação, aprovado. 3) PROJETO DE LEI Nº 933/74, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre aprovação de projetos e construção de edifícios, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças. Em discussão os pareceres, pede a palavra o senhor João Menegatti. Senhor Presidentes, Nobres Colegas: Acredito que as Doutas Comissões não dispunham de dados suficientes a respeito do assunto ao emitirem seus respectivos pareceres. Assim é / que, senhor Presidente, nota-se na propositura algumas falhas de redação. Alguns artigos da mesma já constam de uma outra lei, o nosso Código de Obras, que está em pleno vigor. Dessa forma, senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse "vistas" ao projeto, para que eu



possa estudá-lo com vagar. O senhor Presidente atende à solicitação do senhor João Menegatti, solicitando-lhe a devolução da propositura na / forma regimental. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, o senhor / Presidente, de comum acordo com os demais membros da Mesa, e na forma / da legislação vigente, convoca uma Sessão Extraordinária para as vinte / horas da próxima sexta-feira, dia dezessete de maio corrente, para apre- / ciação na Ordem do Dia: em Segunda Discussão, Projeto de Lei nº 932/74; em Primeira Discussão, Projetos de Lei nºs 934/74 e 935/74. Ao Senhor / Diretor de Secretaria para comunicar e convocar o Vereador do MDB que irá substituir dona Esther Pinto Polkorny. Com a palavra o senhor Savé- / rio Agustinelli agradece ao senhor João Menegatti a lembrança de pedir / vistas ao Projeto de Lei que versa sobre concessão de "habite-se", mui- / to embora, de acordo com o Decreto-lei complementar nº 9, o projeto já deva ser considerado aprovado por contar com parecer favorável das Co- / missões. O senhor Presidente informa que sobre esse aspecto há uma cer- / ta dúvida, pois a Lei Orgânica se refere a todas as Comissões, enquanto que o Projeto passou apenas por duas Comissões. Ninguém mais desejando / fazer uso da palavra e nada mais havendo a ser tratado, o senhor Presi- / dente declara encerrada a Sessão, determinando a mim, João Menegatti, / Primeiro Secretário, que lavrasse a competente Ata, subscrita pelos com- / ponentes da Mesa. Saia das Sessões, em 14 de maio de 1974.

PRESIDENTE: *Lucio P. L.*

1º SECRETARIO: *Lucio P. L.*

2º SECRETARIO: *Vergílio F. F.*

-.-- oo0oo --.-

- x -